

A DIMENSÃO INVESTIGATIVA NA FORMAÇÃO E NA PRÁTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

THE INVESTIGATIVE DIMENSION IN THE FORMATION AND PROFESSIONAL PRACTICE OF THE SOCIAL WORKER

Mariana Andrade¹

Sergio Gianna²

Resumo: O presente artigo tem por objetivo debater sobre a natureza da dimensão investigativa na formação profissional em Serviço Social, tanto no que se refere ao processo de produção de conhecimento como à prática profissional. Tendo em vista tal objetivo, analisa-se aspectos da dimensão investigativa nos processos relativos à intervenção profissional e à produção de conhecimento, a fim de apreender suas particularidades e, a partir delas, avançar no debate acerca do lugar que esta dimensão ocupa no Serviço Social. Para atender o objetivo proposto, realizou-se um estudo bibliográfico, recorrendo-se, principalmente, a fontes que versam sobre a problemática em questão. A partir do estudo constatamos que, no Serviço Social, a dimensão investigativa é uma dimensão estruturante e transversal, revelando-se uma importante mediação que articula teoria e prática. Demonstramos, além disso, que, pela sua própria natureza, a dimensão investigativa no Serviço Social é mais ampla do que sua mera redução à pesquisa científica, pois, se revela um importante instrumento para a análise situacional da realidade concreta em que estão inseridos/as assistentes sociais a partir dos diversos espaços sociocupacionais que ocupam. A relevância deste estudo está em que permite, pelo desvelamento da natureza da dimensão investigativa profissional, demonstrar a falsidade de compreensões que advogam a separação entre teoria e prática, entre acadêmicos e profissionais de campo no âmbito da profissão.

Palavras-chave: Serviço Social. Dimensão investigativa. Formação profissional. Prática profissional.

¹ Assistente social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba. Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas. Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora do curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas. ORCID: 0000-0003-2254-4095. E-mail: mariana.andrade@fssoufal.br

² Assistente social. Graduação em Serviço Social pela Universidad Nacional de Córdoba. Mestrado em Serviço Social pela Universidad Nacional de La Plata. Doutorado em Ciências Sociais pela Universidad de Buenos Aires. Professor da Universidad Nacional de Luján - Argentina. Atualmente, atua como Professor visitante no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas - Brasil. ORCID: 0000-0003-2856-6199. E-mail: sdgianna@gmail.com

Abstract: The present article aims to discuss the nature of the investigative dimension in professional formation in Social Work, both in relation to the process of production of knowledge and professional practice. With this objective in mind, we analyze aspects of the investigative dimension in the processes related to professional intervention and the production of knowledge, in order to grasp its particularities and, based on them, advance the debate about the place this dimension occupies in Social Work. To meet the proposed objective, a bibliographical study was carried out, mainly resorting to sources that deal with the problem in question. Based on the study, we verified that, in Social Work, the investigative dimension is a structuring and transversal dimension, revealing itself as an important mediation that articulates theory and practice. We also demonstrated that, by its very nature, the investigative dimension in Social Work is broader than its mere reduction to scientific research, for it reveals itself to be an important instrument for the situational analysis of the concrete reality in which social workers are inserted, based on the various social-occupational spaces they occupy. The relevance of this study is that it allows, by revealing the nature of the professional investigative dimension, to demonstrate the falsity of understandings that advocate the separation between theory and practice, between academics and field professionals within the profession.

Keywords: Social Work. Investigative Dimension. Professional formation. Professional Practice.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é debater sobre a natureza da dimensão investigativa no Serviço Social. Para isso, busca-se relacionar tal dimensão com os processos que envolvem a formação profissional e a prática profissional, considerada aqui em sentido amplo, portanto, independentemente do espaço sociocupacional em que se desdobra. Para realizar tal debate, consultamos fontes bibliográficas que tratam da problemática em questão.

Acerca da dimensão investigativa, as Diretrizes Curriculares do curso de Serviço Social apontam:

A postura investigativa é um suposto para a sistematização teórica e prática do exercício profissional, assim como para a definição de estratégias e o instrumental técnico que potencializam as formas de enfrentamento da desigualdade social. Este conteúdo da formação profissional está vinculado à realidade social e às mediações que perpassam o exercício profissional. Tais mediações exigem não só a postura investigativa, mas o estreito vínculo com os modos de pensar/agir dos profissionais. (ABEPSS, 1996, p. 14).

Embora as Diretrizes Curriculares do curso de Serviço Social definam claramente o papel fundamental, teórico e prático, da dimensão investigativa para a profissão, é importante ressaltar, de início, como o faz Netto (2009), que a dimensão investigativa só

foi reconhecida como parte do perfil profissional do/a assistente social a partir do final dos anos de 1960, embora isso não signifique que no período anterior a profissão não tenha realizado atividades ou projetos de pesquisa. Conforme o autor, o que diferencia o primeiro do segundo período é que ali “[...] a pesquisa não se punha como elemento substantivo nos papéis atribuídos e incorporados pela profissão” (NETTO, 2009, p. 29).

Para Montañó (2000), isto se relaciona com o processo de segmentação e desarticulação entre ciência e técnica, entre conhecimento e ação, que não é específico do Serviço Social, mas resulta da instauração, a partir de 1848, do processo de decadência ideológica do pensamento burguês, ou seja, daquele processo histórico no qual ocorreu o primeiro confronto aberto entre proletariado e burguesia, com esta última perdendo seu caráter crítico-revolucionário.³

A perda do caráter revolucionário de classe pela burguesia e sua entrada num longo período de decadência ideológica que dura até hoje - sem possibilidade, ressalte-se, de reversão -, instaurou, progressivamente, do ponto de vista da cientificidade burguesa, um novo padrão de conhecimento, baseado em uma racionalidade hegemônica de caráter formal-abstrato, a qual, tende a pulverizar a realidade em um conjunto de esferas ou áreas de conhecimento que se tornam objeto de estudos e pesquisas por parte de distintas ciências.

A instauração desse novo padrão de cientificidade produziu duas consequências fundamentais: por um lado, deu origem a abordagens que tendem a desistorizar, deseconomizar e despolitizar os fenômenos sociais, na medida em que, cada uma destas “dimensões” da realidade se tornam objeto de uma disciplina científica específica (da história, da economia, da política, da sociologia, da antropologia etc.); por outro lado, permitiu a consolidação de formas de metodologias de pesquisa, frequentemente de caráter epistemológico, que são, por assim dizer, formas *a priori* do objeto, e que estabelecem um conjunto de etapas e momentos pré-determinados para a investigação do mesmo. Com isso, define-se uma metodologia de pesquisa que é independentemente do próprio objeto, de modo que a veracidade dos resultados de pesquisa obtidos passa

³ Há uma vasta bibliografia que aborda o processo de decadência ideológica da burguesia, conferir, especialmente, Lukács (1967, 2018, 2021). Sobre as consequências desse processo de decadência para a ciência e a filosofia, consultar, como síntese explicativa, Andrade (2022) e Gianna (2022).

a depender da correta aplicação da metodologia pré-determinada e não do próprio movimento que caracteriza a existência em si do objeto.

Vale salientar que este processo de pulverização e segmentação da totalidade no momento do conhecer não se reduz ao fato de que determinadas ciências passam a possuir um "objeto próprio" de pesquisa, manifesta-se também na divisão, ao estilo positivista, como ressalta Montaño (2000, p. 13-14), entre "cientistas" e "profissionais de campo", entre aqueles que produzem conhecimento e aqueles que intervêm na prática e, no máximo, apelam para um "saber para agir" (MONTAÑO, 2000, p. 16).

De acordo com Montaño (2000), nas primeiras décadas do desenvolvimento da profissão, tal divisão terminou por atribuir um caráter específico ao Serviço Social, tanto porque a profissão revelou-se incapaz de produzir uma "teoria pura" como os cientistas, como, também, porque o conhecimento elaborado pela profissão acabou por conduzir necessariamente à sistematização da prática. Contudo, nesta fase, se no primeiro caso, é vedada a possibilidade do Serviço Social produzir conhecimento, no segundo caso, a teoria se refere a uma questão meramente operativa e instrumental.

Foi isso que levou Netto (2001) a afirmar que a profissão desenvolveu aí "*um sistema de saber de segundo grau*" ao produzir um acúmulo seletivo de determinados subsídios das Ciências Sociais a partir das necessidades da profissão. Deste processo, destacam-se três elementos: a) a incorporação desse sistema de saber orientado pelo pertencimento direto à prática profissional; b) o apelo a conhecimentos provenientes das Ciências Sociais isoladas e, portanto, de seu ecletismo; e c) a incorporação de insumos teóricos e ideológicos conservadores. Essa foi a forma predominante do Serviço Social produzir conhecimento até meados os anos de 1960.

Na sequência dos anos de 1968, afirma ainda Netto (2009), em consequência das transformações operadas na sociedade brasileira sob o marco da autocracia burguesa, alteraram-se tanto as condições de formação do/a assistente social como as de seu exercício profissional. No marco da "modernização conservadora" novas demandas foram postas à profissão de modo que esta se laicizou, passando a integrar efetivamente o circuito acadêmico. Desde os anos de 1970, com o início dos cursos de pós-graduação, estes se tornaram os principais responsáveis pelo estímulo à pesquisa em Serviço Social.

Para Netto, ainda que a atividade de pesquisa tenha se inserido tardiamente no Serviço Social, sua consolidação, sobretudo, no espaço da pós-graduação, "é hoje um

elemento significativo do Serviço Social brasileiro, atestando a sua “maioridade intelectual e as suas condições de participar na interlocução com as ciências sociais” (2009, p. 29).

Aspecto indicativo dessa “maioridade intelectual” é o fato de que, como ressalta Guerra (2009, p. 1), “desde a década de 1990 a formação profissional dispõe de um projeto pedagógico que contempla um conjunto de valores e diretrizes que lhe dão direção estratégica e requer um determinado perfil de profissional.” Daí os investimentos feitos pelas entidades da categoria profissional no sentido de construir uma massa crítica.

Ainda segundo Guerra (2009), o referido projeto “estabelece as dimensões investigativa e interventiva como princípio formativo e condição central da formação profissional e da relação teoria e prática” (ABESS *apud* GUERRA, 2009, p. 1). “O perfil de profissional que nele se delineia prioriza a competência técnica, a crítica teórica e os compromissos ético-políticos.” Além disso, exige que esse profissional conheça

[...] um sólido referencial teórico-metodológico que permita um vigoroso tratamento crítico-analítico, um conjunto de valores e princípios sociais centrais adequados ao *ethos* do trabalho e um acervo técnico-instrumental que sirva de referência estratégica para a ação profissional. (GUERRA, 2009, p. 1)

Disto se segue, conforme Guerra,

[...] a necessidade de formar profissionais capazes de desvendar as dimensões constitutivas da chamada questão social, do padrão de intervenção social do Estado nas expressões da questão social, do significado e funcionalidade das ações instrumentais a este padrão, através da pesquisa, a fim de identificar e construir estratégias que venham a orientar e instrumentalizar a ação profissional, permitindo não apenas o atendimento das demandas imediatas e/ou consolidadas, mas sua reconstrução crítica. (GUERRA, 2009, p. 1)

Para Guerra (2009), a pesquisa assume, pois, “um papel decisivo na conquista de um estatuto acadêmico” para o Serviço Social que permite

[...] aliar formação com capacitação, condições indispensáveis tanto para uma intervenção profissional qualificada, quanto para a ampliação do patrimônio intelectual e bibliográfico que vem sendo construído, ainda que não exclusivamente no âmbito da pós-graduação *stricto sensu*. (GUERRA, 2009, p. 1)

Em sintonia com Guerra (2009), Iamamoto (2005) argumenta que a dimensão investigativa, ou seja, a pesquisa, “ocupa um papel *fundamental* no processo de formação do/a assistente social” na medida em que é uma atividade que articula “o ensino universitário e a realidade social” e contribui para “a soldagem das dimensões *teórico-*

metodológicas e prático-operativas do Serviço Social, indissociáveis de seus componentes ético-políticos" (IAMAMOTO, 2005, p. 273. Grifos da autora).

Isto significa que a dimensão investigativa se articula com todas as competências e as atribuições profissionais dos/as assistentes sociais. Não apenas em termos de conectar a profissão e sua produção teórica com as diversas áreas de conhecimento, com o saber e o fazer profissional, mas também, com a possibilidade de se conectar, através de múltiplas mediações, com as exigências da classe trabalhadora - elemento fundamental para a construção de novas legitimidades profissional.

Em outras palavras, para o Serviço Social, além do conhecimento teórico que contribui para as discussões existentes nas Ciências Sociais, resulta fundamental um conhecimento científico capaz de dar conta das condições objetivas sob as quais a profissão é exercida, de seus objetos de intervenção e das condições objetivas e subjetivas de vida da população de usuários com qual trabalha.

Tal conhecimento é fundamental para desempenhar atividades profissionais ligadas ao planejamento, coordenação e execução de políticas sociais, bem como para desenvolver a avaliação destas políticas, emitir laudos e pareceres técnicos etc. Nesse sentido, a dimensão investigativa é também fundamental no trabalho dos assistentes sociais para qualificar os processos de intervenção profissional.

A dimensão investigativa é, portanto, estruturante e transversal às competências profissionais. Porém, não devemos jamais perder de vista as particularidades que esta dimensão assume nos processos formativos, de pesquisa e de prática profissional. Isto porque, mesmo havendo um consenso profissional sobre a necessidade de que "todo [a] assistente social pesquise", para o que é preciso "conhecer a realidade para agir racionalmente" sobre ela, isto pode levar a duas posições antinômicas: a) aquela que considera que a pesquisa e, portanto, a dimensão investigativa, se reduz à investigação teórica e científica, como se todo/a assistente social devesse produzir um conhecimento científico sobre as determinações estruturais e sobre as leis tendenciais do capitalismo contemporâneo ou b) aquela que identifica a pesquisa com a "sistematização da prática", de modo que, todo/a assistente social elaboraria um conhecimento instrumental e situacional através de sua prática.

Tem em vista esta antinomia, Netto (2009) sustenta que, nem todo/a assistente social se dedica sistematicamente à pesquisa, mas todo/a assistente social "*deve desenvolver uma atitude investigativa*" (NETTO, 2009, p. 31. Grifos do autor).

Para Netto (2009, p. 31),

[...] o fato de não ser um/a pesquisador/a em tempo integral não o/a exime quer de acompanhar os avanços dos conhecimentos pertinentes ao seu campo trabalho, quer de procurar conhecer concretamente a realidade da sua área particular de trabalho. Este é o principal modo para qualificar o seu exercício profissional, qualificação que, como se sabe, é uma prescrição do nosso próprio Código de Ética.

A nosso ver, isto atribui uma particularidade à dimensão investigativa, pois, no caso de que o/a assistente social seja um/a pesquisador/a em tempo integral, seu *locus* é a produção de conhecimentos teórico e científico, enquanto que, na intervenção profissional, a apropriação da teoria pelo/a profissional é necessária para que este/a possa apreender e explicar os processos sociais, conduzindo assim ao conhecimento situacional das determinações particulares do cenário da intervenção (MONTAÑO, 2000).

Em sendo assim, como dimensão estruturante e transversal da formação e da prática profissional do/a assistente social, a dimensão investigativa é por excelência uma daquelas mediações que articulam teoria e prática no âmbito da profissão.

A DIMENSÃO INVESTIGATIVA E OS PROCESSOS DE INTERVENÇÃO PROFISSIONAL

Tendo em vista o que foi dito até aqui, quando se trata da relação entre dimensão investigativa e prática profissional, Montañó (2000, p. 19) afirma que no âmbito da intervenção a produção de conhecimento "quase não é possível nem necessária". Isto significa que a dimensão investigativa e a teoria não ocupam nenhum papel nos processos de intervenção? A resposta só pode ser negativa. Porém, ela só pode ser plenamente entendida, identificando-se as determinações essenciais que a dimensão investigativa assume na prática profissional.

Neste sentido, o/a assistente social deve recorrer ao seu arsenal heurístico para caracterizar o cenário de intervenção, ou seja, a instituição empregadora da qual ele faz parte, suas principais relações de poder, as determinações objetivas e subjetivas da vida cotidiana da população usuária etc. Em outras palavras, o/a profissional recorre e apela à teoria para explicar os processos sociais concretos que surgem em seu cotidiano

profissional, utilizando aqueles conhecimentos já produzidos e acumulados pela profissão, pela ciência e pela filosofia para explicar esses processos sociais, que são, ao mesmo tempo, mediados por outros fenômenos sociais mais amplos e complexos.

É neste sentido que Netto (2009) afirma que os assistentes sociais envolvidos nos processos de intervenção devem desenvolver uma atitude investigativa, devendo, portanto, acompanhar os debates e avanços teóricos de seu campo de trabalho, como um dos elementos que contribuem para qualificar o exercício profissional do Serviço Social. Por esta razão, *a dimensão investigativa no Serviço Social é mais ampla do que sua mera redução à pesquisa científica.*

Para Netto (2009, p. 32-33), a atitude investigativa na prática profissional supõe uma tripla tarefa articulada entre si: a) a necessidade de integrar profissionais capazes de "possuir uma visão global da dinâmica social concreta", isto é, profissionais que estejam aptos a apreender as determinações fundamentais e as leis tendenciais da sociabilidade capitalista e as particularidades que ela assume na formação social brasileira, em outros termos, um conhecimento adequado da estrutura social, das classes, da luta de classes e do Estado; b) a necessidade desses/as profissionais apreenderem as mediações entre a "questão social", suas particularidades na realidade brasileira e as formas concretas que o Estado assume para responder às refrações da "questão social", âmbito que leva a caracterizar as políticas sociais e contextualizar a intervenção na qual os/as profissionais trabalham; e c) a necessidade desses/as profissionais possuírem um conhecimento sobre as situações problemáticas com as quais lidam nos espaços de intervenção, sobre a legislação, bem como sobre o seu principal referencial teórico.

Mas, como argumenta ainda Netto (2009, p. 33), embora não se possa extrair diretamente do conhecimento científico "indicativos para a ação, para a prática profissional e interventiva", estes elementos são fundamentais para se realizar uma caracterização situacional dos espaços sócio-ocupacionais nos quais trabalham os assistentes sociais, de tal modo que se possa elaborar um conhecimento situacional que oriente as ações profissionais, tanto a curto como a médio e longo prazos.

Para isto, se requer um/uma profissional formado/a que seja capaz de apreender a realidade como um "processo de totalização", ou seja, como uma totalidade que se encontra em permanente devir, uma totalidade em processo. Assim, os/as assistentes sociais devem ser capazes de reconstruir analiticamente os cenários concretos de

intervenção a partir da tripla articulação daquelas determinações mais estruturais do modo de produção capitalista, de suas particularidades nacionais e regionais, da estrutura social, das classes sociais e das formas conjunturais concretas em que se desenvolve a luta de classes, assim como das respostas que o Estado desdobra em termos repressivos, assistencialistas etc. em face da "questão social".

Esses elementos são impossíveis de serem caracterizados sem a dimensão investigativa, sem a capacidade do/a assistente social de caracterizar teoricamente o cenário concreto da intervenção profissional. Dado que o Serviço Social responde simultânea e contraditoriamente às demandas do capital e do trabalho, através de uma ação que participa dos mecanismos de dominação e exploração e da resposta à reivindicações dos trabalhadores, é a compreensão desta contradição que permite à profissão desenvolver uma estratégia profissional voltada a fortalecer prioritariamente um dos polos desta relação antagônica: os trabalhadores (IAMAMOTO e CARVALHO, 2004).

Por isso, o emprego da dimensão investigativa na prática profissional deve ser capaz de apreender o que Montaño (1998) chamou de legitimidade institucional e legitimidade social do Serviço Social. Se a primeira se refere à relação entre o profissional e a instituição empregadora, a segunda se refere à relação entre o profissional e a população usuária.

A dimensão investigativa permite, portanto, também a apreensão, pelo/a profissional inserido/a numa instituição concreta, do seu caráter histórico concreto, de modo que, as "partes" constitutivas dessa instituição (como seu organograma, regulamentações e legislações específicas, protocolos de ação, profissionais e relações entre profissionais, o lugar da população usuária etc.) são de fato totalidades que, ainda que de menor complexidade, devem ser reconstruídas analiticamente pelo/a profissional.

Tal reconstrução analítica é o que permite ao/à assistente social reconhecer os limites e as possibilidades (móveis e históricos) postos no cenário institucional, o lugar dos/as outros/as atores sociais e profissionais, com os/as quais se pode construir ou até mesmo neutralizar alianças, as linhas de trabalho da instituição e sua capacidade para incorporar novas demandas, a articulação com outras instituições, o tipo de resposta dada às manifestações da "questão social" etc. Mas tal reconstrução analítica, ressalte-se, é insuficiente sem a caracterização da população usuária com a qual se trabalha. Ou seja, sem a apreensão das particularidades regionais e nacionais de classe, sua relação com os

sujeitos com os quais se trabalha, suas formas territoriais de organização, o nível objetivo de influência sobre a instituição empregadora do/a profissional etc.

Ao mesmo tempo, esta reconstrução analítica da instituição e da população usuária deve ser entendida a partir das mediações com uma totalidade mais ampla que a contém, ou seja, tanto em relação com os elementos conjunturais de um momento concreto como em relação às leis tendenciais do modo de produção capitalista e as formas concretas que estas assumem em uma determinada formação social.

A nosso ver, este esforço analítico leva a um *conhecimento situacional* que vai de um todo caótico a um concreto pensado e abre, portanto, o campo de possibilidades para problematizar a demanda institucional e construir as linhas de ação dos/as assistentes sociais nas instituições.

Ainda como observa Montañó (2000), a necessidade de desenvolver a dimensão investigativa no Serviço Social se articula à compreensão da profissão como uma das diversas formas de práxis social que se desdobra no âmbito do modo de produção capitalista, que, ao intervir no processo de produção e reprodução das relações sociais, responde a uma necessidade social, a qual, como comentamos acima, é tensionada por interesses antagônicos. Para isso, a finalidade perseguida pelo/a profissional e a pesquisa dos meios tornam-se dois elementos fundamentais para orientar as ações do/a assistente social, sendo, portanto, um processo que articula sempre uma posição teleológica, a causalidade, posta socialmente, e também um *quantum* de acaso.

A DIMENSÃO INVESTIGATIVA E A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

Guerra (2009) argumenta que no âmbito da ciência existem diferentes níveis de conhecimento, que se manifestam em três formas concretas: a intuição, o entendimento e a razão crítico-dialética. Embora por si só estas três formas não sejam incompatíveis entre si, no marco da decadência ideológica, consolidam-se vias irracionalistas que colocam a intuição como o "órgão" do conhecimento e articulando-se àquelas ligadas à racionalidade formal-abstrata e ao entendimento, interditam assim qualquer possibilidade de superação de suas limitações pela via crítico-dialética (LUKÁCS 1967, 2018; ANDRADE 2022; GIANNA 2022).

Por isso, contemporaneamente, o irracionalismo e a racionalidade formal-abstrata são as formas predominantes de "racionalidade" na ciência, que, mediante a subjetividade objetivada, as representações e os sentidos individuais, transfiguram-se numa via da produção de conhecimento. Basta pensar, por exemplo, no pós-modernismo e nos jogos de linguagem e na captura do paralógico na ciência, aquilo que é diverso, plural. Ou em tendências que elaboram, epistemologicamente, modelos *a priori* de pesquisar, em outras palavras, que elaboram uma espécie de "receita" investigativa que deve ser aplicada pelo/a pesquisador/a para que este/a obtenha os melhores resultados, já que sua confiabilidade e validade dependem da aplicação correta da mesma.

A razão dialética, por sua vez, busca superar os limites dos sentidos, das representações individuais e do entendimento que é capaz de manipular e operar apenas no fenomênico, para captar o movimento real da realidade, reconstruir no plano ideal, da consciência, as determinações estruturais e essenciais do objeto. O desenvolvimento da razão dialética é continuado pelo marxismo, após os avanços do idealismo alemão e sua dialética idealista, e se situa na contramão dessa racionalidade hegemônica da ciência atual.

Hoje em dia, a razão dialética é a forma predominante de desenvolver a dimensão investigativa no Serviço Social, uma vez que, grande parte da produção teórica do Serviço Social se baseia, ou pelo menos tenta, no método materialista histórico-dialético. Isto não significa que não existam, nem se desenvolvam, outras vertentes teóricas, ligadas ao irracionalismo ou ao agnosticismo, mas é a que ganhou destaque nos últimos anos na profissão.

Para Netto (2009), no processo de adoção do pensamento marxiano-marxista pelo Serviço Social brasileiro, pode-se distinguir dois momentos:

[...] um, primeiro, correspondente ao período que vai do fim de 1970 até fins de 1980 e aquele que então inicia e se prolonga até hoje. No primeiro, próprio à crise e à derrota da ditadura e ao afluxo dos movimentos democráticos e populares, a referência formal ao marxismo e a Marx tornou-se dominante entre as vanguardas profissionais: houve mesmo uma espécie de moda do "materialismo histórico". No segundo, sob a pressão do neoconservadorismo pós-moderno que começou a envolver as ciências sociais, o marxismo "entrou em baixa" no Serviço Social - o elegante tornou-se a adoção de "novos paradigmas" (NETTO, 2009, p. 30).

Mesmo considerando-se este cenário, diz Netto:

[...] há um saldo objetivo indiscutível: *a inserção do pensamento de Marx contribuiu decisivamente para oxigenar o Serviço Social brasileiro e, desde então e apesar tudo, constituiu-se nele uma nova geração de pesquisadores que se vale*

competentemente das concepções teórico-metodológicas de Marx (2009, p. 30. Grifos do autor).

No que diz respeito a teoria social de Marx, argumenta Netto (2009), a questão do método envolve um complexo de problemas. E isso não só por razões teóricas ou filosóficas, mas, também, por razões ideopolíticas, já que, a teoria marxiana se vincula a um projeto revolucionário e às reações que tal projeto sempre despertou.

Como ressalta Netto (2009, p. 5), Marx direciona a sua pesquisa à análise concreta da sociedade moderna: a sociedade burguesa. O "problema central" da pesquisa de Marx é "a gênese, a consolidação, o desenvolvimento e as condições de crise da sociedade fundada no modo de produção capitalista." Marx fundamenta essa análise à partir da "*re-elaboração crítica* do acúmulo cultural" realizado a partir do Renascimento e da Ilustração baseando-se em três linhas do pensamento moderno: a filosofia clássica alemã, a economia política inglesa e o socialismo utópico francês.

Em Marx "a teoria não se reduz ao exame das formas dadas de um objeto", ao estilo do agnosticismo e o irracionalismo. A teoria se diferencia do conhecimento prático da vida cotidiana, do conhecimento mágico-religioso etc., porque ela é o "conhecimento do objeto tal como ele é em si mesmo, na sua existência efetiva, independente dos desejos, das inspirações e das representações do pesquisador". A teoria é, em Marx, "*a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa*". É "*o real reproduzido e interpretado no plano ideal* (do pensamento)" (NETTO, 2009, p. 7-8. Grifos do autor).

"O objeto de pesquisa tem existência objetiva". "O objetivo do pesquisador" indo além do aparente, do fenomênico, "é apreender a essência do objeto". O pesquisador deve buscar capturar a estrutura e dinâmica do objeto por meio de procedimentos analíticos e operando sínteses, de modo que reproduza no pensamento a essência do objeto investigado. Em Marx, quanto à relação sujeito/objeto o processo de conhecimento teórico "não é uma relação de *externalidade*", mas "uma relação em que o sujeito está implicado no objeto". Por isso, a pesquisa social "exclui qualquer pretensão de neutralidade", entretanto, isso não elimina "*a objetividade* do conhecimento teórico" (NETTO, 2009, p. 8-9. Grifos do autor).

Como ressalta Netto (2009, p. 9), para Marx, "a teoria tem uma instância de verificação da verdade": "a prática social e histórica". Sendo a teoria uma reprodução do objeto real no plano do pensamento, essa reprodução não é nunca uma cópia fotográfica do mesmo.

Ela é o produto, no plano da consciência, do papel *ativo* do sujeito no processo de pesquisa. Portanto, para conhecer a essência, a estrutura e a dinâmica do seu objeto de pesquisa, "o sujeito deve ser capaz de mobilizar o máximo de conhecimento, de criticá-los e revisá-los", em suma, "deve ser datado de criatividade e imaginação" (NETTO, 2009, p. 10).

Já os instrumentos de pesquisa, estes são, de acordo com Netto (2009, p. 10), muito variados. Vão "desde a análise documental, até a observação, recolha de dados, quantificação etc." Deve-se salientar que tais instrumentos não se identificam com o método. Por fim, apenas quando está concluída a investigação (e esta é sempre provisória) "o pesquisador apresenta, expositivamente, os resultados a que chegou". Em Marx, ainda como argumenta Netto (2009, p. 11) "os pontos de partida são opostos: na investigação o pesquisador parte de perguntas, questões" acerca do objeto, e, "a exposição, ele já parte dos resultados que obteve na investigação [...]". procedimento que configura o que Marx chamou de "caminho de ida e de volta".

Como afirma Netto (2009, p. 17. Grifos do autor): "Para elaborar a reprodução ideal (a teoria) do seu objeto real (que é a sociedade burguesa), Marx descobriu que *o procedimento fundante é a análise do modo pelo qual nele se produz a riqueza material.*" Ou seja, as condições materiais da vida social, e esse é um ponto de partida que não expressa um juízo ou uma preferência do pesquisador e, por isso, Marx começa "pelo real e pelo concreto", quer dizer, pelos dados que aparecem; pela análise de um e outro elementos são abstraídos e, progressivamente, com o avanço da análise chega-se a conceitos, a abstrações que remetem as "determinações mais simples": este foi o caminho de ida. Em seguida, depois de alcançar as "determinações mais simples", faz-se a viagem de volta ao final da qual o todo aparece não como uma "representação caótica", mas como "uma rica totalidade de determinações e relações diversas" (NETTO, 2009, p. 20).

Para Marx, a realidade é concreta porque ela é "síntese de múltiplas determinações". No processo da pesquisa, pois, o pesquisador "retira do elemento abstraído as suas determinações mais concreta até atingir as determinações mais simples" (NETTO, 2009, p. 20). Aqui "o elemento abstraído torna-se abstrato". Este é carente de determinações. Na viagem de volta, "o concreto a que se chega", o concreto pensado, enquanto produto do pensamento, deve reproduzir por este o objeto como "síntese de múltiplas determinações", como "unidade do diverso" que é a totalidade. Como diz Marx, o método "consiste em elevar-se do abstrato ao concreto" (NETTO, 2009, p. 21).

Em Marx, destaca Netto (2009, p. 21), “o conhecimento do concreto opera-se envolvendo a universalidade, a singularidade e a particularidade” que são determinações históricas, transitórias das categorias que constituem o ser. São a estrutura e a dinâmica reais do objeto que revelam o que ele é e que, por sua vez, comanda os procedimentos que o pesquisador tem de operar no momento da pesquisa. Assim, há uma indissociável conexão entre elaboração teórica e formulação metodológica: o ponto de chegada e o ponto de partida.

Essa indissociável conexão impede, na obra de Marx, uma autonomização entre método e teoria. Nesta conexão se encontra plenamente articuladas três categorias: totalidade, contradição e mediação. A totalidade enquanto síntese da indissociável conexão entre as partes que constitui o todo; a contradição enquanto elemento dinamizador das diferenças existentes entre as partes e a mediação enquanto aquela conexão fundamental que articula as partes entre si. Articulando essas três categorias fundamentais do ser, Marx descobriu o modo, o método para a análise da sociedade burguesa.

Em relação à produção de conhecimento e o Serviço Social, Netto argumenta (2009), por fim, que, se o Serviço Social pretender se manter com um estatuto efetivamente universitário, está claro que a pesquisa é uma tarefa indispensável. E, ao considerar o que foi exposto aqui sobre a natureza da dimensão investigativa no Serviço Social, para a profissão, a pesquisa apresenta nuances distintas, seja quando é desenvolvida no âmbito exclusivo da academia, seja quando é desenvolvida nos diversos espaços sociocupacionais que compreendem a intervenção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como tentamos mostrar, a dimensão investigativa é uma dimensão estruturante e transversal do Serviço Social que permeia suas competências profissionais e que deve ser desenvolvida a partir da formação profissional, mediante a constituição de um perfil profissional capaz de desenvolver conhecimento teórico e científico, bem como de elaborar um conhecimento situacional necessário para orientar a prática profissional.

Para o desenvolvimento da dimensão investigativa na profissão, por fim, pontuamos aqui quatro aspectos que nos parecem fundamentais:

1. A busca constante pela superação da divisão positivista entre ciências e profissões, reconhecendo as particularidades que a atitude investigativa assume nos processos de intervenção profissional e nas pesquisa promovida pelo Serviço Social;
2. A necessidade por parte do/a assistente social de um conhecimento profundo e intelectualmente rigoroso das tendências teórico-metodológicas existentes nas ciências humanas, tanto em suas expressões clássicas como contemporâneas;
3. A construção de um pluralismo teórico, que, longe de recair no ecletismo, permita estabelecer um diálogo fluido entre as distintas vertentes teóricas existentes no Serviço Social, no qual a crítica teórica é a base substantiva para identificar os limites e as possibilidades existentes em cada abordagem teórica;
4. O aprofundamento da atitude investigativa nos processos de intervenção profissional, formando profissionais capazes de realizar análises de conjuntura, que relacione os elementos concretos e particulares assumidos nos cenários de intervenção com as determinações estruturais da formação social capitalista brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS - **Diretrizes Curriculares e pesquisa em Serviço Social**. 8 de novembro de 1996. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf
Acesso em: 28/04/2022.

ANDRADE, M. **Por que em tempos de expansão do irracionalismo a ontologia materialista histórico-dialética é tão necessária?** Anuário Lukács, 2022 (No prelo).

GIANNA, S. D. **Decadência ideológica do pensamento burguês: a crítica ontológica de Lukács ao agnosticismo e ao irracionalismo**. Marília/São Paulo: Lutas anticapital, 2022.

GUERRA, Y. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

IAMAMOTO, M. V. e Carvalho, R. de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 16 ed. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2004.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 3. ed. São Paulo, Cortez, 1995.

----- **O Serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LUKÁCS, G. **Existencialismo ou marxismo?** Apresentação e tradução, José Carlos Bruni. São Paulo: Editora Senzala, 1967.

----- **Prolegômenos para a ontologia do ser social**. Traduzido por Sergio Lessa e revisado por Mariana Andrade. Volume 13. Maceió: Coletivo Veredas, 2018.

----- **Como a Alemanha se tornou o centro da ideologia reacionária?** Tradução Mariana Andrade. Maceió: Coletivo Veredas, 2021.

MONTAÑO, C. **A natureza do serviço social: Um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução**. São Paulo: Cortez, 1998.

----- **Presentación: El debate metodológico de los '80/'90. El enfoque ontológico versus el abordaje epistemológico**. In: **Metodología y Servicio Social. Hoy en Debate**. VV.AA. São Paulo, Cortez, 2000.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 3. ed. ampliada. São Paulo: Cortez, 2001.

----- **Introdução ao método na teoria social**. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.